

RECURSO ESPECIAL Nº 1.780.519 - RO (2018/0302062-4)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
RECORRENTE : MARIA DAS GRACAS NASCIMENTO
ADVOGADO : MILTON FUGIWARA E OUTRO(S) - RO001194
RECORRIDO : BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADOS : ILDO DE ASSIS MACEDO - MT003541
GERSON DA SILVA OLIVEIRA E OUTRO(S) - MT008350
ANNE BOTELHO CORDEIRO - RO004370
MAURO PAULO GALERA MARI - RO004937

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por MARIA DAS GRACAS NASCIMENTO, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF, visando reformar acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, assim ementado (fls. 173, e-STJ):

Apelação cível. Instituição financeira. Conduta negligente. Pedido de cancelamento. Inscrição indevida. Danos morais. Honorários de advogados. Quantum indenizatório. Termo de atualização monetária dos danos morais.

Comprovado o ato ilícito decorrente de conduta negligente da instituição financeira que acarretou a inscrição indevida no Serasa é cabível indenização pelos danos morais suportados pelo consumidor.

No tocante ao quantum indenizatório, é sabido que deve o julgador, valendo-se de seu bom senso prático e adstrito ao caso concreto, arbitrar, pautado nos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, um valor justo ao ressarcimento do dano extrapatrimonial.

Nas condenações por dano moral, a atualização monetária e os juros de mora são devidos a partir da data do arbitramento - Súmula 362 do STJ.

Os embargos de declaração opostos por MARIA DAS GRACAS NASCIMENTO foram rejeitados (fls. 202-207, e-STJ), sendo acolhidos os declaratórios opostos por BANCO BRADESCO S/A, sem efeito modificativo, com o fim de sanar erro material do acórdão embargado quanto à inexistência do valor fixado a título de danos morais, corrigindo-o para R\$ 8.000,00 (oito mil reais), nos termos do acórdão prolatado às fls. 228-231, e-STJ, assim ementado (fl. 228, e-STJ):

Embargos de declaração. Erro material.

Verificando-se a existência de erro material no acórdão, os embargos de declaração devem ser providos para que seja sanado o vício. Embargos de declaração providos, sem efeito modificativo.

Nas razões do recurso especial (fls. 213-225, e-STJ), a insurgente aponta, além de dissídio jurisprudencial, ofensa aos arts. 4º, incisos V e VI; 6º, inciso VI, do Código de Defesa do Consumidor; 489, inciso II, § 1º, inciso IV e 1.022, parágrafo único, do Código de Processo Civil de 2015.

Aduz, em síntese: 1) a ocorrência de negativa de prestação jurisdicional; e 2) a necessidade de majoração da verba indenizatória, mediante a observação dos princípios

da razoabilidade e da proporcionalidade, por ser ínfimo o valor arbitrado para os casos de negativação indevida, devendo ser revisto e majorado para o montante entre vinte e cinco e trinta salário mínimos, à época R\$ 25.767,50 (vinte e cinco mil, setecentos e sessenta e sete reais e cinquenta centavos).

Contrarrazões às fls. 237-239, e-STJ.

Admitido o apelo nobre na origem, ascenderam os autos a esta Corte Superior.

É o relatório.

Decido.

O inconformismo não merece prosperar.

1. De início, suscita a recorrente a ocorrência de negativa de prestação jurisdicional, por omissão no julgamento dos embargos de declaração, que tinham a finalidade de provocar a manifestação do Tribunal quanto à alegada falta de fundamento ou fundamento inapropriado acerca: **a)** do termo inicial de incidência dos juros de mora, em caso de responsabilidade extracontratual, **bem como quanto b)** ao malferimento dos princípios consumeristas e direito básico da consumidora, por ausência de efetividade da tutela jurisdicional com relação ao valor da verba indenizatória.

No que pertine à alega negativa de prestação jurisdicional, a Corte estadual assim dirimiu a controvérsia (e-STJ, 205-206 - grifos nossos):

A embargante, muito embora alegue a existência de contradição, apenas discorda dos critérios utilizados para julgamento - mormente ao fato de que não aponta divergência no acórdão embargado -, demonstrando a sua insatisfação com o não acolhimento da sua apelação adesiva que culminou na manutenção da decisão de 1º grau.

Em que pese o seu inconformismo, o acórdão proferido nos autos é coerente, havendo perfeita simetria entre os fatos, fundamentos de direito e parte dispositiva, o que o torna perfeitamente compreensível.

Extraí-se, portanto, que, de fato, a intenção do embargante é, por via transversa, obter nova oportunidade de rediscutir a matéria, o que, a toda evidência, não se amolda à finalidade dos aclaratórios.

Verifico que os mesmos argumentos utilizados no recurso de apelação foram utilizados agora, em sede de embargos de declaração, na tentativa de ver majorado o valor fixado por danos morais.

Na decisão embargada restou consignado que para a quantificação do dano moral, os critérios da razoabilidade, da proporcionalidade, as condições econômicas do ofensor e do ofendido, o grau de ofensa e suas consequências devem ser considerados para que não constitua a reparação do dano em fonte de enriquecimento ilícito para o ofendido, mantendo uma proporcionalidade entre causa e efeito.

O juiz de primeiro grau estabeleceu quanto a condenação a título de danos morais na sentença de fls. 108/112-e:

[...] b. condenar a ré ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), considerado nesta data, com atualização monetária e juros de mora a partir da intimação desta decisão;

Do recurso de apelação, acórdão, foi decidido por unanimidade:

Ante o exposto, nego provimento aos recurso e **mantenho na íntegra a sentença recorrida.** (grifo nosso)

É certo que não há omissão quanto aos juros e correção monetária por dois motivos: primeiro porque estes decorrem de lei; segundo, porque tal questão não foi formulada pelo embargante em apelação.

No presente caso, o termo inicial da correção monetária e juros, conforme estabelecido na sentença de 1º grau, é a data da decisão que fixou seu quantum, isto é, de seu arbitramento, à luz da súmula 362 do STJ.

Da leitura do trecho acima, verifica-se que o acórdão recorrido está suficientemente fundamentado, não havendo omissão no julgamento dos embargos de declaração.

Com efeito, não há falar-se em negativa de prestação jurisdicional quando o acórdão abordou as questões controvertidas, embora de forma contrária à pretensão da recorrente, razão pela qual inexistente a apontada violação dos dispositivos invocados. Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXTINÇÃO DE USUFRUTO. 1. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. 2. CERCEAMENTO DE DEFESA. SUFICIÊNCIA DE PROVAS ATESTADA PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO DO JULGADOR. INVERSÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. 3. AUSÊNCIA DE CULPA OU IRREGULARIDADE POR PARTE DA USUFRUTUÁRIA/RECORRIDA. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. 4. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Não ficou caracterizada a violação dos arts. 489, § 1º, e 1.022 do CPC/2015, uma vez que o Tribunal de origem se manifestou de forma fundamentada sobre todas as questões necessárias para o deslinde da controvérsia. O mero inconformismo da parte com o julgamento contrário à sua pretensão não caracteriza falta de prestação jurisdicional.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

[...]

(AgInt no AREsp 1.158.294/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, DJe 15/12/2017, sem destaque no original)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ARTS. 489 E 1.022 DO CPC. AUSÊNCIA DE OBSCURIDADE, OMISSÃO OU CONTRADIÇÃO. REEXAME DE MATÉRIA PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Não há falar em violação dos arts. 489 e 1.022 do Código de Processo Civil pois o Tribunal de origem dirimiu as questões pertinentes ao litígio - tal como lhe foram postas e submetidas -, apresentando todos os fundamentos jurídicos pertinentes, à formação do juízo cognitivo proferido na espécie.

[...]

(AgInt no AREsp 1.163.849/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, DJe 6/3/2018, sem destaque no original)

2. Cinge-se a controvérsia acerca do valor arbitrado pela Corte local a título de dano extrapatrimonial, em virtude da anotação indevida em cadastros de proteção ao

crédito, alegando a insurgente que o *quantum* indenizatório deliberado pelo Tribunal *a quo* está em desacordo com os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Não obstante o grau de subjetivismo que envolve o tema, uma vez que não existem critérios predeterminados para a quantificação do dano moral, esta Corte Superior tem reiteradamente se pronunciado no sentido de que a indenização deve ser suficiente a restaurar o bem-estar da vítima, desestimular o ofensor em repetir a falta, não podendo, ainda, constituir enriquecimento sem causa ao ofendido.

Com a apreciação reiterada de casos semelhantes, concluiu-se que a intervenção desta Corte ficaria limitada aos casos em que o *quantum* fosse irrisório ou excessivo, diante do quadro fático delimitado em primeiro e segundo graus de jurisdição.

No caso em tela, a Corte local, ao considerar os critérios acima estabelecidos, reputou adequado o arbitramento da indenização em R\$ 8.000,00 (oito mil reais), consoante se infere do seguinte trecho do acórdão recorrido (fls. 173-178, 202-207 e 228-231, e-STJ):

Como se vê, o valor fixado pelas instâncias ordinárias não destoa daquele considerado razoável por esta Corte, não havendo razão para o afastamento da Súmula 7/STJ à hipótese.

Nesse sentido, confira-se:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DANO MORAL. CADASTRO DE INADIMPLENTES. INSCRIÇÃO INDEVIDA. RECONHECIMENTO NA ORIGEM. INVERSÃO. IMPOSSIBILIDADE. REEXAME DE PROVAS. VALOR INDENIZATÓRIO. REDUÇÃO. INVIABILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. Na hipótese, os magistrados de origem atestaram, com base nas provas dos autos, que a inscrição do nome do agravado em cadastro de inadimplentes foi indevida. Rever tal conclusão exige o reexame do contexto fático-probatório, procedimento vedado em recurso especial, nos termos da Súmula nº 7/STJ.

3. O caso concreto não comporta a excepcional revisão por esta Corte, pois o valor indenizatório, arbitrado em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), não se revela exorbitante para reparar dano moral decorrente de inscrição indevida em cadastro de inadimplentes.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1326109/RJ, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/12/2018, DJe 14/12/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTRO RESTRITIVO DE CRÉDITO. REVISÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. EXCEPCIONALIDADE NÃO VERIFICADA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA. AGRAVO DESPROVIDO.

1. A pretensão trazida no apelo nobre da consumidora, sob alegada ofensa ao art. 6º do Código de Defesa do Consumidor, cinge-se à majoração do valor da indenização a título de danos morais, decorrente de inscrição

indevida em cadastro restritivo de crédito, efetuada pela instituição financeira, ora agravada.

2. O entendimento desta Corte Superior é de que a revisão do valor do dano moral em sede de recurso especial, via de regra, atrai a Súmula 7/STJ, a qual somente é relativizada, excepcionalmente, quando fixada em valores exorbitantes ou irrisórios. No caso, o quantum arbitrado não se mostra irrisório, circunstância que não afasta a aplicação do referido enunciado sumular.

3. A divergência jurisprudencial não foi demonstrada, ante a ausência de similitude fático-jurídica entre o v. acórdão estadual e os paradigmas apresentados.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1344929/RS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 06/12/2018, DJe 18/12/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. 1. ATO ILÍCITO. DANO MORAL CONFIGURADO. SÚMULA 7 DO STJ. 2. PRETENSÃO DE REDUÇÃO DO MONTANTE INDENIZATÓRIO. SÚMULA 7 DO STJ. 3. ANÁLISE DO DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADA. 4. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

1. A Corte estadual consignou a ilicitude da conduta da insurgente ao realizar a negativação discutida. Assim, a inversão desse entendimento, de forma a acolher a tese da agravante, por certo, demandaria o revolvimento de todo o acervo fático-probatório dos autos, o que é vedado, na via especial, pelo enunciado n. 7 da Súmula desta Corte Superior.

2. Outrossim, no contexto dos autos, a revisão do quantum indenizatório estipulado pelas instâncias de origem só é admitida quando irrisório ou exorbitante, o que não se verifica na espécie (fixado em R\$ 10.000,00 - dez mil reais), porquanto o montante estipulado não destoia dos parâmetros estabelecidos nesta Corte para casos análogos. Desse modo, a análise do tema esbarra no enunciado da Súmula n. 7 do STJ.

3. A análise do dissídio jurisprudencial fica prejudicada em razão da aplicação do enunciado da Súmula n. 7/STJ, porquanto não é possível encontrar similitude fática entre o aresto combatido e os arestos paradigmas, uma vez que as suas conclusões díspares ocorreram, não em virtude de entendimentos diversos sobre uma mesma questão legal, mas, sim, de fundamentações baseadas em fatos, provas e circunstâncias específicas de cada processo.

4. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1308488/PR, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 08/10/2018, DJe 10/10/2018)

Dessa forma, para alterar as conclusões da Corte local e majorar a verba indenizatória, como quer a parte recorrente/agravante, seria necessário o revolvimento de fatos e provas, prática vedada pela Súmula 7/STJ.

3. Do exposto, conheço em parte do recurso especial para, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator

